
SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020

*Anthropology and Social Work: intersectionality and the humanitarian
crisis of 2020*

*Antropología y Trabajo Social: la interseccionalidad y la crisis
humanitaria de 2020*

Maria Amoras¹

<https://orcid.org/0000-0003-0785-4490>

Andrea Mello Pontes²

<https://orcid.org/0000-0002-9235-1224>

Recebido em: 22/02/2022

Aprovado em: 06/07/2022

Resumo: O diálogo entre a Antropologia e o curso de Serviço Social, proposto neste ensaio, discute a *interseccionalidade* como possibilidade de compreensão do avanço do ultraconservadorismo e do ultra-

1 Antropóloga. Mestre em Serviço Social. Doutora em Antropologia. Professora Adjunta do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Gep/Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos (CNPq/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4427101624225075>.

2 Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutora em Antropologia Social. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Gep/Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos (CNPq/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1778558404025910>.

liberalismo na emergência da crise humanitária de 2020. Na América Latina, a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causadora do adoecimento em massa da população, eclode colocando em xeque o que seja a humanidade, atingindo diretamente as populações negra, indígena e periférica, aquelas que, historicamente, são alvos das estratégias de dominação sobre o chamado terceiro mundo. As opressões se interseccionam; contudo, são invisibilizadas pela categoria universalizante de humano que orienta políticas autoritárias. O campo hermenêutico da *interseccionalidade* está sendo acionado pela abordagem antropológica como uma ferramenta analítica dos marcadores sociais das diferenças e das desigualdades, com vistas a desvelar os principais grupos ameaçados pela pandemia. Espera-se contribuir com a reflexão crítica na formação do assistente social *na e para* a Amazônia.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Antropologia. Serviço Social. Covid-19. Amazônia.

Abstract: The dialogue between Anthropology and the Social Work course, proposed in this essay, discusses *intersectionality* as a possibility of understanding the advance of ultraconservatism and ultraliberalism in the emergence of the 2020 humanitarian crisis. In Latin America, the SARS-CoV-2 pandemic, an outbreak of a disease that affects large numbers of people, throws into question the own definition of humanity, directly affecting the black, indigenous and peripheral populations, historically targeted by the domination strategies imposed upon the so-called Third World. Although oppressions intersect with each other, they are made invisible by the universalizing category of human that guides authoritarian policies. The hermeneutic field of *intersectionality* is being activated by the anthropological approach as a tool to analyze the social markers of difference and inequality, with the purpose of revealing the population groups that have been most threatened by the pandemic. It is expected to contribute to critical thought in the formation of social workers *in and for* the Amazon.

Keywords: Intersectionality. Anthropology. Social Work. Covid-19. Amazon.

Resumen: El diálogo entre la Antropología y el curso del Trabajo Social, que se propone en este ensayo, plantea la *interseccionalidad* como una posibilidad de entender el avance del ultra conservadurismo y el ultraliberalismo en el surgimiento de la crisis humanitaria de 2020. En

Latinoamérica, la pandemia generada por el virus del SARS-CoV-2 se propagó y afectó masivamente la salud de la población, poniendo en riesgo a lo que se entiende por humanidad, alcanzando directamente a las poblaciones negra, indígena y marginalizadas, esas que, históricamente, han sido objeto de estrategias de dominación sobre el llamado tercer mundo. Sin embargo, las opresiones que se intersectan son invisibilizadas por la condición universalizadora de lo humano que guía las políticas autoritarias. El campo hermenéutico de la *interseccionalidad* está siendo activado por el enfoque antropológico como herramienta de análisis de los marcadores sociales de las diferencias y desigualdades, en aras de develar los principales grupos amenazados por la pandemia. Se pretende contribuir con la reflexión crítica sobre la formación de los trabajadores sociales en y para el Amazonas.

Palavras-chave: Interseccionalidad. Antropología. Trabajo Social. Covid-19. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O objetivo de refletir sobre a interseccionalidade neste ensaio, por meio do diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social, foi provocado pelo momento de eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020, ao desencadear profundas mudanças na vida cotidiana e nos costumes de milhões de pessoas, cujos padrões de interação social e de organização da vida política e econômica foram alterados. O racismo estrutural das desigualdades sociais e territoriais, por sua vez, foi acirrado nos países devastados pela história da colonização europeia em meio a muitas incertezas e quase nenhuma esperança por dias melhores. As pessoas desses territórios há séculos padecem de insegurança pessoal e coletiva. O medo que emergiu da possibilidade de perder a vida de uma hora para outra foi grande naquele momento; contudo, ampliou-se o medo do trabalhador assalariado e dos agentes da informalidade de ficar sem a pequena fonte de renda.

Como mencionado, a pandemia chegou até esses países, aprofundando o racismo, o classismo, o sexismo e o fanatismo religioso, responsáveis por acirrar ainda mais as desigualdades de nação, classe e gênero, bem como as desigualdades religiosas, etárias, étnico-raciais, sexuais, geracionais, regionais, territoriais, entre outras. Assim, o projeto colonial se atualizou no tempo pelos seus dispositivos de controle, operado por uma necropolítica (MBEMBE, 2018), que decide quem

deve viver e quem deve morrer, colocando em xeque a humanidade enquanto construção política. Na América Latina e, em particular, no Brasil, essa política de extermínio atinge diretamente – há séculos – as populações da porção norte da Amazônia e do nordeste do País, sobretudo a população negra, mestiça e periférica das cidades e todos os diferentes povos originários e tradicionais dessas regiões.

Nos contextos de crise e sob o impacto do agravamento das refrações da questão social na atuação do assistente social, sabe-se da necessária fundamentação das respostas que esse profissional precisa dar à sociedade. No presente ensaio, considera-se importante a discussão da interseccionalidade no diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social como ferramenta teórico-metodológica para a produção do conhecimento que instiga as políticas sociais ante o agravamento das desigualdades e sua perversa invisibilidade.

Nesse sentido, cabe, portanto, interrogar: que narrativas são negociáveis entre a Antropologia e o Serviço Social que possibilitem a reflexão sobre o “padrão mundial”, que se move por novas e velhas formas de violência? Que Antropologia é necessária para contribuir com o reconhecimento de potências e formas de viver e produzir locais pelo assistente social? Que Antropologia pode fortalecer projetos interventivos e emancipatórios do Serviço Social para o enfrentamento das sofisticadas tecnologias de dominação do capital financeiro?

Tais perguntas objetivam provocar e dar continuidade às reflexões sobre os propósitos da disciplina de Antropologia ofertada no curso de Serviço Social, tal como se encontram inicialmente sistematizadas em Amoras e Pontes (2016). Com base em argumentos dos estudos decoloniais e da perspectiva analítica da *interseccionalidade*, busca-se fomentar a interlocução³ de caminhos possíveis em uma região cujos povos são vítimas de um “sistema mundo” opressivo e de base colonial que, de forma díspar, atinge grupos, pessoas e nações e atua na desarticulação de suas lutas, na destituição de direitos, na desterritorialização e no correlato menosprezo por suas vidas e pelos seus modos de viver.

Sabe-se que as crises humanitárias também são crises das políticas de humanidade, como infelizmente mostrou a pandemia de Covid-19. Isso porque, no Brasil, segundo os dados do “MonitoraCovid-19”, da

3 É importante justificar que esta reflexão não objetiva a discussão sobre os limites e as possibilidades do diálogo entre esses campos teóricos, uma vez que a intenção é tão somente colocar o tema em debate.

Fiocruz/ICICT (2022), foram registrados 31.360.850 casos acumulados, 45.073 novos casos, 667.790 óbitos confirmados e 143 óbitos novos – uma tragédia já anunciada, inclusive, nos primeiros dados de 2020 (PAINEL CORONAVÍRUS, 2020). Dessa maneira, a pandemia coloca novamente no centro das preocupações filosóficas e teóricas o que seja o “humano e o não humano” sob a racionalidade da dicotomia homem X natureza, remontando aos primórdios da colonização.

Em vista disso, justifica-se a importância da interdisciplinaridade entre a Antropologia e o Serviço Social, curso que objetiva formar o profissional que atua diretamente nas políticas de garantias de direitos por meio da intervenção social nas refrações da questão social, de modo a estimular a produção de projetos emancipatórios amplos e, particularmente, para a Amazônia.

A ANTROPOLOGIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: POSSIBILIDADES PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

As reflexões pretendidas partem da experiência docente com a disciplina de Antropologia ofertada no curso de Serviço Social em uma universidade pública do norte do Brasil, universidade esta que possui o maior número de alunas e alunos em situação de vulnerabilidade social, cuja maioria é de mulheres, especialmente negras, que residem nos bairros periféricos da área metropolitana. O perfil dessas discentes retrata particularidades da realidade do norte da Amazônia, região que tem sua história marcada pela escravização dos povos originários e africanos, a serviço do megaempreendimento europeu iniciado no século XV. Entretanto, essas mulheres estão entre aquelas e aqueles que conseguem imprimir fissuras nas estruturas que sustentam múltiplas opressões gestadas pelo racismo estrutural nas suas interseções com as colisões de gênero e classe, considerando o fato de que a universidade pública ainda se configura como um lugar privilegiado das classes média e alta, de homens brancos e mulheres brancas.

A Antropologia tem assumido uma perspectiva dialógica na matriz curricular do curso de Serviço Social. Objetiva, nesse movimento, a problematização da diversidade, mas também das singularidades, particularidades e universalidades dos modos de vida amazônicos, considerando,

para isso, as intersecções das diferenças como produção das desigualdades que sustentam sistemas opressivos. Diante de séculos de ataques e saques genocidas, a Amazônia ainda apresenta diferentes povos originários e tradicionais que se encontram nas aldeias, nos quilombos, no campo, nas florestas, nas ilhas, nos rios e nos assentamentos, travando embates com o poder público e as grandes empresas nacionais e internacionais que violam seus territórios. Muitos desses agentes, por várias gerações, foram deslocados para as periferias das cidades e hoje lutam e resistem contra as políticas de extermínio praticadas nesses espaços.

As diferenças étnicas são, desde sempre, consideradas como um entrave para o progresso da sociedade moderna. O empreendimento colonial homogeneizou diferenças, hierarquizando-as pela desigualdade racial. A racialização, desse modo, é tecida nas tramas da cosmologia do cisheteropatriarcado branco, ocidental, europeu e burguês. Logo, o arranjo entre raça, gênero, sexualidade e classe conteve as mulheres negras, mestiças e indígenas nas estruturas de coalização das opressões. A racionalidade da classificação entre humanos e não humanos, que possibilitou aos ditos humanos (homens brancos: cis/heteros/cristãos/ocidentais) atravessar continentes, dominar a natureza (mulheres, homens não brancos, animais, vegetais e minerais) e acumular riquezas, naturalizou esses povos como primitivos, bestiais, atrasados, destituídos de racionalidade, animalizados e improdutivos (LUGONES, 2014).

A sociedade brasileira possui 54% da sua população autodeclarada negra, com a maioria de mulheres (IBGE, 2010). Assim sendo, grande parte das famílias brasileiras é chefiada por mulheres negras e de baixa renda, o que nos revela que a pobreza deste país se estrutura pelo racismo nas suas imbricações com as desigualdades de gênero e raça, como é possível compreender por meio do pensamento pioneiro das feministas brasileiras Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras tanto quanto importantes. Essas mulheres, na chefia de suas famílias, por sua vez, constituem a maior parte das usuárias das políticas de assistência social e, no norte da Amazônia, encontra-se a maioria delas junto às mulheres indígenas e quilombolas, que, conforme bem demonstrou a pesquisa de Amoras e Nascimento (2022), são as principais beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁴.

4 Sob muitas restrições, o PBF foi nominado de Auxílio Brasil pelo atual governo de Jair Bolsonaro, em 2018.

Na Amazônia, os corpos dessas mulheres, subalternizados pelas opressões dirigidas à região, como a pesquisa referida identificou, sofrem a constante atualização dos dispositivos de dominação que viabilizaram o projeto colonial, ou seja, estão encerradas na dicotomia homem X não humanos, na sua versão neocolonialista, tal como discutido por Holanda (2020) ao apresentar as perspectivas decoloniais do pensamento feminista na atualidade. Essa leitura é situada pela autora como uma das mais contestadoras linhas do pensamento feminista contemporâneo e que reivindica a desconstrução de narrativas hegemônicas que encerraram as mulheres em visões dos países dominantes, isto é, invisibilizam os problemas de gênero, raça e classe e do próprio campo epistemológico.

Esse giro no pensamento feminista se move no contexto atual da crise do capitalismo global, que, inclusive, tem se aprofundado pela falta de políticas que freiem a crise ambiental, que também é sanitária e humanitária. Uma crise com precedentes, ou seja, produzida historicamente, por isso, há tempos anunciada, que dissemina conflitos territoriais, deslocamentos forçados, fome e misérias; tudo isso acompanhado de um profundo desgaste das formas e dos instrumentos da democracia representativa e participativa. Por conseguinte, a ruptura com as opressões do projeto civilizatório no Sul Global pressupõe a rejeição incontestada da branquitude patriarcal burguesa e ocidental, que permanece como colonialidade, isto é, colonizando corpos, saberes e poderes.

Tais dispositivos seguem operantes na pandemia, eliminando as vidas que já cumpriram o seu tempo útil no sistema de dominação, a exemplo do que tem ocorrido com as “vidas que não importam” e com as orientações do “fique em casa” durante a pandemia. Nesse particular e diante da ausência de medidas governamentais de proteção aos grupos sociais vulnerabilizados da citada região – ação esta sustentada na desconsideração de seus modos de vida –, tais sujeitos são oprimidos pelo racismo, pelo sexismo e pelo classismo, como mostram os estudos produzidos por Almeida, Acevedo Marin e Melo (2020), Bellinger e Andrade (2021) e Gomes e Teodoro (2021).

A perspectiva crítica da Antropologia tem feito um esforço para mostrar que o humano e a humanidade sempre estiveram imersos na questão da diversidade e do contato cultural, como discute Koury (2020, p. 4): “a reflexão do humano em suas diferenças e a partir da defesa dos arranjos culturais e organizacionais produzidos para sua sobrevivência como sociedade e cultura”. O seu campo científico tem se constituído

em um grande desafio, que consiste em produzir uma ciência que desbanca a sua gênese, refutando naturalizações, homogeneizações, universalismos e relativismos. No entanto, o momento presente exige que a Antropologia reelabore seus instrumentais, de modo a criar novas categorias que façam o enfrentamento ao pensamento neoliberal:

Categorias reflexivas que afirmem a diferença como fundamento do humano e de humanidade e que recolorem os humanos como produtores e agentes de si mesmos e das relações com outros, humanos e não humanos –, e, nesse processo, como elaboradores de autonomias e diferenças. E essas autonomias e diferenças são vistas aqui como instâncias fundamentais do indivíduo e da individualidade, culturalmente instituídas e permanentemente em instituição, no jogo contínuo e tenso do fazer-se pessoa. Ao não se debruçar sobre si mesma neste momento dramático pelo qual passa o mundo em dor e aflição e ao se agarrar a categorias já naturalizadas de análise, o pensamento antropológico corre o risco de se afastar de sua vitalidade crítica e compreensiva, se perdendo no ardid do já dado e conhecido (KOURY, 2020, p. 5).

Para o ensino de Antropologia no curso de Serviço Social, buscam-se a perspectiva crítico-reflexiva da cultura e a produção das diferenças que possibilitem questionar as desigualdades como sendo também resultantes da concepção liberal universalizada e universalizante de humano e humanidade; concepção esta que faz girar a vida das pessoas pelas riquezas na relação com as suas faltas, como reflete Bhabha (1998):

De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das ‘partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder no interior de pretensões concorrentes de comunidades, em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha (1998) instiga a Antropologia a encontrar os limites da reflexão pela centralidade da diversidade cultural e aciona o

questionamento da diferença cultural sobre os mundos assimétricos, isto é, da distância cultural que desiguala. Coloca, assim, o desafio do entendimento da nossa contemporaneidade. A diversidade incide em um objeto epistemológico, em outras palavras, na cultura como objeto de conhecimento empírico, enquanto que a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura, um processo de significação pelo qual as afirmações da cultura ou sobre a cultura evocam diferenças, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade, que desenvolvem processos de acultramento.

Nessa perspectiva, Bhabba (1998) abre possibilidades para se pensar a cultura, nacional e internacional, na inscrição e negociação do hibridismo e não no localismo do multiculturalismo ou da diversidade de culturas. Interessa, portanto, pensar o ensino de Antropologia pelo questionamento da diferença cultural levantado por Bhabba, um desafio posto à Antropologia para alcançar a compreensão da contemporaneidade e suas crises. Sobre essa questão, Koury (2020) mobiliza a reflexão da antropóloga indiana Veena Das e destaca:

Veena Das (01/05/2020), em um artigo recente para o *site* da *American Ethnologist*, lança perguntas inquietantes ao leitor sobre as novas modificações do capital no mundo globalizado e sobre as forças que comandam a indiferença para com os vulneráveis globais. Essas perguntas se referem especificamente a como a antropologia deve se situar para compreender a contemporaneidade e suas crises, tendo como ponto de reflexão a pandemia mundial do novo coronavírus, de um lado, e, de outro, ao adotar a atual pandemia como objeto compreensivo, perguntando-se como a imaginação antropológica poderia entender as formas de ignorá-la da parte de lideranças mundiais (e, no nosso caso, o Brasil) até ao ponto em que não se possa mais controlar a situação. Ela propõe então que a antropologia pense de novo sobre as categorias *humano* e *humanidade* expostas nessa crise epidêmica mundial. E nessa proposta de reflexão ela pergunta se há uma relação entre *o humano* e *um humano*. E se há uma maneira diferente de falar do humano quando a existência humana se encontra posta em risco (KOURY, 2020, p. 4, grifos das autoras).

A discussão apresentada por Koury (2020) incentiva-nos a pensar a América Latina no conjunto desses vulneráveis globais que, há séculos, sustentam os ricos do mundo nas suas crises e nos seus projetos de acúmulo do capital. Como é possível observar, a pandemia do novo coronavírus na América Latina evidencia as demandas da diferença, se colocando como objeto de múltiplas articulações políticas, circunscritas pela ênfase em raça/etnia, gênero, geração/idade, classe, sexualidade, região, território, religião e nação. Então, pergunta-se: que vidas estão sendo eliminadas? Que lutas travam para se manterem vivas? Que negociações para a sobrevivência ainda restam?

A modernidade, com seus dispositivos de controle sofisticados na manutenção do seu sistema de dominação, mantém a racialização dos povos, no par modernidade/colonialidade, como seu sustentáculo. Esse argumento vai ser defendido por antropólogos do “terceiro mundo” ou do Sul Global e pelos defensores de uma filosofia decolonial, sistematizada nos pensamentos de Frantz Fanon (1983, 2005) e Aimé Césaire (1978). Para esses autores, o colonialismo é o condutor da não humanidade. Também refletem que, ao ter o conhecimento e a terra negados, o colonizado não se vê como pessoa, isto é, não possui o seu corpo, porque é um território colonizado; forma esta, pujante, que caracteriza um sistema de violência que invisibiliza o ser pela destituição de qualquer forma de autonomia. Essa é, portanto, segundo os teóricos decoloniais e pós-coloniais, a chave teórica que tem trazido novas epistemes ao campo crítico das ciências sociais nas últimas décadas.

Para Aníbal Quijano (2005), raça, maquinada pelas designações do sistema moderno/colonial, é uma categoria mental da modernidade, isto porque a colonização, que não é apenas um empreendimento do passado, atualiza-se no tempo pela *colonialidade* do poder, do saber e do ser. A *colonialidade*, nesse ponto de vista, consiste na duração da imposição de uma narrativa hegemônica do colonizador sobre o colonizado (o *outro* racializado), determinando os diversos aspectos da vida social pelo poder nas dimensões do ser e do saber.

A ideia de raça, ainda segundo Quijano (2005, p. 117), origina-se em “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”. Tal ideia, construída sob os constructos de uma ciência branca ocidental e sob os auspícios de uma crença na hierarquia de raças inferiores e superiores, gesta o projeto colonial, isto é, seu principal elemento constitutivo e

fundacional das relações de dominação que a conquista do “Mundo Novo” exigia. Nessas bases, “consequentemente, foi classificada a população da América e, mais tarde, do mundo, nesse novo padrão de poder”, como problematizou Lugones (2014, p. 946):

Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide da realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana.

Lugones (2014, p. 939) prossegue essas reflexões, afirmando que, diferentemente da colonização, “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na interseção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. Sua gênese está na missão civilizatória (branca, burguesa, cisheteropatriarcal), sustentada na ideologia de humano construída na oposição homem-natureza e em suas múltiplas dicotomias: macho-fêmea, civilizados-selvagens, ocidente-orientes, norte-sul. Nessa oposição, está fundida a concepção de humano, de sexo e de gênero que classificou as(os) colonizadas(os), como a autora reflete:

Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres (LUGONES, 2014, p. 937).

O questionamento da racialização como fundacional da sociedade moderna/colonial se reafirma na tese de Almeida (2019), para quem, na estrutura das sociedades das Américas, o racismo atua na determinação e hierarquização das potencialidades dos sujeitos e produz subalternidades nas vidas de indivíduos e grupos pelas múltiplas formas

de discriminação. Não obstante, a Antropologia chega nestes tempos sob novos questionamentos acerca da diversidade e do contato cultural em realidades colonizadas, bem como sob o domínio do capitalismo e a invisibilidade das diferenças na produção das indiferenças e desigualdades. Dessa forma, vê-se o mundo levantando o véu que falseia o racismo e o cisheteropatriarcado e aprofundando as desigualdades de nação, classe, gênero, etárias, étnico-raciais, sexuais, geracionais, religiosas, regionais, espaciais e territoriais.

A *colonialidade* investe novas ferramentas na violação do direito mais caro ao ser humano: o direito à vida. Por meios legais e institucionais, opera aparelhos aperfeiçoados de uma *necropolítica*, que decide quem deve viver e quem deve morrer, como analisa o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). É com base nesses elementos que o campo hermenêutico da *interseccionalidade* está sendo sugerido neste texto: como uma ferramenta analítica e política dos marcadores sociais das diferenças e suas colisões.

Isto porque, na América Latina, a crise humanitária atinge diretamente a população negra, indígena e mestiça da Amazônia. Nesse contexto, as mulheres negras e mestiças, as mulheres periféricas, portanto, sofrem com o aumento dos casos de violência doméstica e de feminicídios, bem como com a sobrecarga de trabalho doméstico e das práticas de cuidado, que, inclusive, geram demissões nos seus empregos formais. Devido a esse cotidiano, essas mulheres são diretamente impactadas pela falta de políticas públicas e de assistência social (MAIA; BARBOSA; GOMES, 2020), o que aprofunda ainda mais a questão da desigualdade.

A INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA DESVELAR DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Na década de 1970, Angela Davis, nos EUA, e Lélia Gonzales, no Brasil, ambas militantes do movimento negro, produziram questionamentos sobre as imbricações de gênero, raça e classe como estrutura do sistema de opressão nas Américas, os quais foram apresentados nas obras *Mulher, Raça e Classe* (1981), de Davis (2016), e *Lugar de Negro* (1982), de Gonzalez e Hasenbalg (1982). Na última década, a produção de Gonzalez tem recebido o reconhecimento pela sua grande

importância para a compreensão do racismo e do sexismo na cultura brasileira como força motriz dos dispositivos de poder, que asseguram no tempo essa estrutura de dominação.

Kimberlé Crenshaw, em 1989, advogada e dedicada aos estudos de gênero afro-estadunidense, cunhou o termo *interseccionalidade* como uma ferramenta analítica que possibilita enxergar a colisão das estruturas de opressão. Crenshaw (2004) dedica-se a problematizar a teia de práticas opressivas vivida pelas mulheres negras; mulheres estas que estão à margem do reconhecimento dos direitos pelo Estado democrático. Como a mulher negra e mestiça é atravessada pelas questões de raça e gênero – o que não é vivido pela mulher branca e tampouco pelo homem –, sua intenção foi a de apontar a necessidade por instrumentais normativos e políticas públicas capazes de dar conta de suas reivindicações, fruto dessas experiências (CRENSHAW, 2004).

Carla Akotirene (2019), assistente social, feminista negra e brasileira, concentra estudos sobre racismo e sexismo institucionais, indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patrícia Hill Collins (2016, 2019a, 2019b). Incentivada pelas vozes de mulheres negras nas décadas de 1960 e 1970, Collins – que é cientista social, feminista negra e estadunidense – desenvolve uma escrita particular nos anos de 1980 sobre o pensamento feminista negro. Nas reflexões dessa autora, a *interseccionalidade* se apresenta como categoria teórico-metodológica de construção antropológica para a compreensão da inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, de modo a alcançar a historicidade das opressões nas experiências de grupos subalternizados, como também elaborou Bell Hooks (2020).

É no lugar dessa inseparabilidade que a identidade está interceptada por mais de um marcador social. Segundo Akotirene (2019), um dos grandes entraves para o reconhecimento das opressões que assolam a vida das mulheres negras e mestiças é a hegemonia teórica, metodológica e prática de epistemes que abrigam apenas uma categoria de análise, como fez o movimento feminista europeu com a categoria gênero e o movimento sindical com a categoria classe. A mulher negra e mestiça, nesses casos, sempre está diluída na experiência da mulher branca universal ou na do trabalhador da classe operária europeia.

A *interseccionalidade*, nesses termos, configura-se como uma ferramenta analítica e política para que as mulheres negras do “terceiro

mundo”, das diásporas, possam ter suas diferenças compreendidas pela dinâmica das colisões das estruturas no tempo. Essa compreensão possibilita que travem uma luta anticolonial, para que sejam vistas e tornem suas vozes audíveis a partir do lugar de onde falam, ou seja, o lugar de experiência preñe de resistências.

As políticas públicas no Brasil que não levam em consideração a *interseccionalidade* não funcionam, questiona Akotirene (2019). Por isso, não funcionam as políticas neoliberais, porque são generalistas, superficiais, assistencialistas, paliativas. A autora também nos ajuda a refletir sobre o fato de a mulher negra ser o rosto das pessoas mais impactadas desde a eclosão da pandemia de Covid-19, momento em que se deu o impacto da política do governo Bolsonaro, o qual se coloca sempre de costas para as populações vulneráveis. A mulher negra e pobre é o rosto da maioria das vítimas do feminicídio, da população encarcerada, das empregadas domésticas, do trabalho informal, das chefes de família, das de baixa escolaridade, das vítimas do aborto e do estupro. Estão nas periferias das cidades, no campo e nos quilombos. São rostos dos lugares subalternizados, onde as políticas públicas não os enxergam. Da mesma maneira, justifica-se o fato de essa mulher ser o “sem rosto” do chamado “usuário” das políticas sociais.

A sociedade não é formada por um cidadão universal, mas por sujeitos diversos e diferentes, de grupos múltiplos e multifacetados. A *interseccionalidade*, como perspectiva metodológica, objetiva justamente evidenciar as colisões que interceptam o existir das pessoas e de grupos subalternizados. O tempo presente é um exemplo da relevância da análise interseccional, ratificada pelos dados divulgados sobre a maioria das vítimas do novo coronavírus no Brasil.

Sciulo (2020), por sua vez, já chamava atenção ao fato de os dados por cor só terem sido divulgados pelo Ministério da Saúde depois de um mês e meio da confirmação do primeiro caso. A divulgação, ainda segundo esse autor, só ocorreu devido à pressão da Coalizão Negra por Direitos, que, formada por 150 entidades, elaborou uma carta reivindicatória ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde de todos os estados (SCIULO, 2020).

No documento, a entidade solicitou a divulgação dos dados sobre a cor, o gênero e o bairro dos infectados. Notificações veiculadas sem essas informações reforçaram o racismo institucional, que invisibiliza

as pessoas negras, indígenas e mestiças. Os estados do Norte possuem o maior número de povos originários e tradicionais do Brasil e continuam diluídos nos boletins genéricos do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde dos estados e municípios. De acordo com a análise realizada pelos jornalistas investigativos da Agência Pública (MUNIZ; FONSECA; PINA, 2020), já havia uma morte para cada três brasileiros negros internados por Covid-19 nos hospitais, enquanto, entre brancos, a proporção era de uma morte a cada 4,4 internações.

No estudo divulgado no dia 27 de maio de 2020, meses iniciais da pandemia, pesquisadores da CTC/PUC Rio (2020) ampliaram a visibilidade dos eixos das colisões da pandemia na população negra, ao mostrar que, em termos de óbitos pela Covid-19, a escolaridade é um marcador da diferença, pois os sem escolaridade tinham taxas três vezes maiores (71,3%) em relação àqueles com nível superior (22,5%).

Na combinação entre raça e índice de escolaridade, notava-se o alargamento da desigualdade: pretos e pardos sem escolaridade (80,35%) morriam quatro vezes mais de Covid-19 do que brancos com nível superior (19,65%). No mundo, as desigualdades raciais e de gênero se agudizaram com a pandemia, isso porque, segundo os dados do relatório “Lucrando com a Dor”, da Oxfam (2022, p. 5): “em todo o mundo, a pandemia afetou mais fortemente os grupos racializados, o que está diretamente ligado aos legados históricos da supremacia branca, incluindo a escravidão e o colonialismo”.

Ainda no mesmo relatório, destaca-se que “metade de todas as mulheres negras que trabalham nos EUA ganha menos de US\$ 15 por hora, um limite amplamente utilizado para distinguir os trabalhadores de remuneração mais baixa no país” (OXFAM, 2022, p. 5). Além do mais, um dado muito importante exposto nesse estudo inicial e que foi se confirmando nos anos subsequentes – e que, por isso, requer aprofundamento pela análise interseccional – diz respeito ao fato de pretos e pardos representarem a maior proporção de óbitos (37%, em média) do que brancos, sobretudo quando se trata da “mesma faixa de escolaridade”.

Como problematiza Almeida (2019), o racismo é estrutural e impacta a vida das populações negra, indígena e mestiça de diferentes formas, compreendendo desde o acesso ao alimento e à água até o acesso aos serviços públicos, tanto na qualidade da oferta quanto nas relações do usuário com o profissional que o atende. A medicina, orientada pelos

protocolos médicos generalistas, muito pouco conhece acerca das doenças e dos tratamentos adequados à população negra, mestiça e indígena. Com isso, tem se colocado, ao lado das necropolíticas, dispositivos de controle de um biopoder (MBEMBE, 2018).

Conforme a problematização de Mbembe (2018), argumenta-se que a atual crise sanitária e humanitária tem precedentes, pois esta medicina branca, urbana, burguesa e eurocêntrica seleciona os vivos. A primeira vítima de Covid-19 no Brasil foi “uma mulher de 57 anos que estava internada em um hospital municipal da capital paulista, no dia 12 de março” (VERDÉLIO *apud* MATTA *et al.*, 2021, p. 28), uma mulher negra, idosa, trabalhadora doméstica, acometida de diabetes e hipertensão, infectada pela patroa, que conseguiu sobreviver ao vírus. A patroa tinha conhecimento do diagnóstico, mas não a participou. No Brasil, a escravidão deixou como legado a naturalização do trabalho doméstico como serviço essencial e executado pela mulher negra. Então, essas trabalhadoras, antes de serem vistas como humanas, são apenas um serviço que não pode faltar, não muito distante dos primórdios da escravidão colonial de negras e negros africanos nestas terras.

A Amazônia reúne o maior número de povos indígenas e da população negra do Brasil, sendo atravessada por inúmeros empreendimentos seculares que colocam em dúvida a condição humana desses povos. Segue, assim, a política genocida do projeto colonial, atualizando seus dispositivos de controle, entendendo-se o porquê de mães yanomami terem sido tratadas com desprezo pelo governo federal quando imploraram para cumprir o rito de sepultamento dos corpos sumidos dos seus bebês mortos pela Covid-19. Menosprezo pela forma de vida dessas pessoas, pelo que são e pelas lutas que travam para manter a ancestralidade em territórios constantemente ameaçados.

A análise *interseccional*, por isso, faz-se necessária. É política quando desvela indiferenças e desigualdades causadas pela inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado e dá visibilidade às identidades, às cosmovisões subalternizadas e às suas lutas e resistências. Entretanto, a visibilidade identitária como possibilidade precisa alcançar projetos de transformação social com ações macroestruturais e também microestruturais, intenção esta que permeia a proposta de *interface* entre Antropologia e Serviço Social. Mediante essa leitura, ante as questões colocadas nesta reflexão, pretende-se estreitar o diálogo, neste projeto, com Ochy Curiel (2020, p. 274):

El feminismo decolonial, tiene un compromiso en superarla política de identidad y consolidar un proyecto político de coalición de diferentes pueblos y comunidades, no es separatista. Propende por un proyecto de liberación de múltiples sujetos subalternos atravesados por todos los sistemas de opresión, pero a la vez rescata todas las resistencias y luchas que se han hecho frente a esos sistemas.

Objetivando-se a compreensão e a intervenção nesse sistema de dominação, buscam-se as contribuições da *interseccionalidade* para este diálogo sem, contudo, ater-se aqui à problematização de ela ter sido oriunda de uma proposta liberal. A intenção maior consiste em ir além de uma política de identidade, tomando-a como análise crítica possível, segundo as reflexões de Curiel (2020, p. 275):

Si es posible, siempre y cuando se tenga claro los límites de la propuesta hecha por Kimberle Crenshaw, autora del concepto. Es crítica en tanto visibiliza la articulación que existe entre raza clase, sexualidad, etc. Reconoce la imbricación y eso ya es un gran avance. Eso no es nuevo, antes de Crenshaw, ya lo había analizado el Colectivo Rio Combahee, Patricia Hill Collins, muchas de nosotras en Abya Yala, Sueli Carneiro, Jurema Werner, yo misma, entre muchas otras. El problema de la interseccionalidad es que no pregunta cómo se producen las identidades y diferencias que producen los sistemas de opresión. ¿por qué soy negra?, ¿porque soy indígena? ¿porque soy les-biana? Las respuestas: Soy negra o indígena por el racismo, soy lesbiana por el heterosexismo. Es decir, más allá de que utilicemos estas categorías para articularnos políticamente, debemos saber que esos lugares han sido producidos por la colonialidad. Nuestras luchas, por tanto, no se limitan a reconocer las identidades y las diferencias, sino a acabar con los sistemas de dominación. La interseccionalidad no profundiza sobre eso. La interseccionalidad es liberal, pues solo reconoce ejes de diferencias. No se trata solo de una cuestión teórica o conceptual, sino de una cuestión que tiene implicaciones para nuestras prácticas políticas.

Considerando-se a perspectiva *interseccional* das estruturas que esbarram na vida das mulheres e dos demais grupos que estão sendo

aniquilados pelas políticas de invisibilidade, em meio a uma pandemia e com total ausência de políticas de assistência social e de saúde, afirma-se que muitos fatores atravessam as experiências de raça, etnia, gênero/sexo e espiritualidade que culminam com a eliminação desses corpos. Portanto, a análise dos entrecruzamentos na identidade de alguém é fundamental para que políticas públicas não reproduzam o racismo, o classismo, o sexismo e a lgbtqi+fobia, estruturas estas que se interpõem simultaneamente.

INTERSECCIONALIDADE E DESNATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES NA ATUAÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

O ensino de Antropologia no curso de Serviço Social, na Amazônia, afirma-se como um importante campo epistemológico de compreensão de uma região que, há séculos, vive sob colonialidades, conforme discutimos anteriormente. Em acordo com o projeto ético-político da profissão, as(os) assistentes sociais são formadas(os) para a defesa incondicional dos direitos sociais, civis e políticos. Suas práticas trafegam ali onde o direito está fragilizado e precisa de políticas que o garantam.

Ao longo dos tempos, as instituições foram nominando as pessoas e os grupos que acessam o serviço social, indo do “desvalido” e “carente”, da concepção positivista da naturalização da pobreza, respaldada por uma Antropologia que classificava a cultura em inferior e superior, ao “usuário” da concepção liberal de cidadão. O chamado usuário/cidadão, nessa concepção, é um sujeito genérico do direito, é um “sem rosto”, é categoria no singular. Não há “marcador identitário” imaginado (cor da pele, gênero, sexualidade etc.), apenas fixação das contingências, o subalternizado, isto é, o invisibilizado.

Assim, informa-se que, na nascente da crise humanitária em 2020, as(os) assistentes sociais brasileiras(os) que estiveram na linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS) logo evidenciaram essas interseções entre Covid-19 e raça, como se pode observar:

Para a população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a

ausência do Estado em seus territórios (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 190).

A presença do Serviço Social e da(o) assistente social na tessitura das instituições, por onde a materialidade do seu fazer profissional se corporifica, configura-se em um campo de tensionamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ou seja, como dimensões diferentes e complementares, dialeticamente falando. Destarte, é o lugar da negação, das contradições, do entranhar-se crítico na reprodução burocrática organizacional de suas institucionalidades políticas e sociais. O horizonte ético-político e a sua potência de produção do conhecimento, como reafirmação do estatuto científico, obriga a profissão a olhar para dentro e para fora de si mesma, pois, como reflete Iamamoto (1998), a(o) assistente social deve transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, por meio do engajamento político e ético na sociedade.

Esse enraizamento, de que fala Iamamoto (1998), propicia o reconhecimento de que a atuação da(o) assistente social na divisão social e técnica do trabalho é produto/síntese de múltiplas determinações (econômicas, políticas e sociais). Reflete-se, assim, que a sua origem reside na ordem burguesa, eurocentrada e enraizada na lógica cisheteropatriarcal do catolicismo, que muito matriciou as requisições profissionais das(os) assistentes sociais ao longo da história do Serviço Social. Por outro lado, a construção de uma hermenêutica do mundo social, fundada na matriz crítico-dialética da tradição marxiana, trouxe para o Serviço Social o fortalecimento da intenção de ruptura com as imagens e os fundamentos das práticas positivistas e conservadoras, desde a reconceituação até os dias atuais.

No tempo presente, grupos sociais subalternizados – como aqueles mencionados desde as páginas iniciais deste ensaio – estão sendo desvelados como os rostos da pandemia de Covid-19; grupos que, hoje, no limite entre a vida e a morte, lutam por visibilidade e direitos. Ao longo do tempo, suas representações políticas se contrapõem às visões que consideram suas pautas políticas, exclusivamente, como pautas identitárias. Isso impõe ao Serviço Social, no processo de enfrentamento às desigualdades sociais, o devido reconhecimento das cosmovisões e cosmogonias como potências desses grupos atendidos pelos assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social, proposta neste ensaio, junta-se às contranarrativas sobre a ação do ultraliberalismo na pandemia de Covid-19, quando possibilitou questionar: que humano é o cidadão? Que humano não é alcançado pela política pública? Questionamentos que exigem a compreensão da inseparabilidade entre os marcadores sociais das diferenças que estruturam a modernidade. Não sendo possível, portanto, apartar a mundialização do capitalismo do colonialismo e da modernidade ocidental, pois as hierarquias interseccionadas de gênero, raça, sociais, sexuais, geopolíticas, que consideram uns humanos e outros não humanos, desde os primórdios da colonização nas Américas, ainda permanecem, porém, com sofisticadas tecnologias de controle e de classificação.

Por essas razões, o conhecimento aprendido e produzido nesta *interface* de disciplinas ilumina as assertivas aqui empreendidas para mostrar que raça, gênero, sexualidade, etnia e classe se interseccionam e se sobrepõem; logo, as violações produzidas pela fricção das estruturas atingem diretamente as “mulheres do terceiro mundo” (negras, indígenas e mestiças). Contudo, seus corpos – corpo-território – colocam-se em campo de luta contra as opressões históricas, como tem nos revelado o contexto pandêmico desde 2020.

O campo hermenêutico da *interseccionalidade* foi acionado neste ensaio como um importante instrumento heurístico e político de enfrentamento às opressões, face abstrusa da modernidade que permanece como padrão mundial. Trata-se de um campo de interpretação e reflexão desafiador para o projeto ético-político da profissão da(o) assistente social e para as possibilidades de uma Antropologia engajada e comprometida com as lutas emancipatórias da Amazônia e do amplo “terceiro mundo”.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, A. W. B.; ACEVEDO MARIN, R. E.; MELO, E. A. (Org.). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020.

AMORAS, M.; NASCIMENTO, L. T. L. “Mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família: o desafio da chefia familiar”. *Gênero*, Niterói, v. 22, nº 2, p. 109-133, 2022.

AMORAS, M.; PONTES, A. M. “Serviço social e antropologia: interfaces na formação de assistentes sociais na Amazônia”. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 19, nº 3, p. 403-412, out./dez. 2016.

BELLINGER, C.; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **Retratos da pandemia: perspectivas das mulheres quilombolas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CÉSAIRE, A. **Discursos sobre o colonialismo**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Sá da Costa, 1978.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 1, p. 99-127, 2016.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

_____. **Interseccionalidade: as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019b.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Unifem**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CTC/PUC RIO. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de Covid-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. **CTC/PUC RIO**, Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CURIEL, O. “Oshy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista cedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves”. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 46, v. 18, p. 269-277, 2020.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo. Boitempo, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.

FIOCRUZ/ICICT. MonitoraCovid-19. **FIOCRUZ/ICICT**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *In*: PONTES, R. N; CRAVEIRO, A. V; AMARO, S. (Org.). **Serviço Social e pandemia Covid-19: realidade, desafios e práxis**. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020, p. 13-22.

GOMES, N. L.; TEODORO, C. (Org.). **Cadernos Igualde Racial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

GONZALES, L. G.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

HOLLANDA, H. B. (Org.). **O pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 14 set. 2020.

KOURY, M. G. P. “Antropologia e situações-limites: neoliberalismo e pandemia”. **Dilemas**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-43>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LUGONES, M. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, nº 3, p. 935-941, set./dez. 2014.

MAIA, A.; BARBOSA, E.; GOMES, T. Rompendo silêncios: o que raça e gênero têm a nos dizer sobre a pandemia? **Notícia Preta**, São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/>>

rompendo-silencios-o-que-raca-e-genero-tem-a-nos-dizer-sobre-a-pandemia/>. Acesso em: 1º ago. 2020.

MATTA, G. C. *et al.* (Org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNIZ, B.; FONSECA, B.; PINA, R. Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. **Agência Pública**, São Paulo, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em: 6 maio 2020.

OXFAM. Lucrando com a dor sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em nível global. **Oxfam**, [s. l.], 2022. Disponível em: <<https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Oxfam-Media-Brief-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-sem-embargo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PAINEL CORONAVÍRUS. **Coronavírus Brasil**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCIULO, M. M. Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos. Por quê? Galileu, Rio de Janeiro, 20 maio 2020. Sociedade. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>>. Acesso em: 25 maio 2020.